

ANEXO IV: RELATORIOS DOS PILARES

Pilar I	Macroeconomia e Pobreza	2
1.	Breve análise do RTEO do 1º semestre do ano de 2008	2
2.	Indicadores e metas finais para o QAD 2009 e metas indicativas para 2010	3
3.	Ponto de situação das metas aprovadas para 2008	5
Pilar II	Governança	8
1.	Introdução	8
2.	Execução Orçamental	8
3.	Metas 2009 e indicativas para 2010	9
4.	Desempenho no Primeiro Semestre 2008	10
Pilar III	Capital Humano	12
1.	Execução do Orçamento nos Sectores do Capital Humano no primeiro semestre de 2008	12
2.	Indicadores do QAD e suas metas para 2009 e 2010	13
3.	Ponto de situação das metas aprovadas para 2008	14
Pilar IV	Desenvolvimento Económico	16
1.	Introdução	16
2.	Sector Financeiro	16
3.	Sector Privado	16
4.	Sector da Agricultura	17
5.	Sector de Estradas	18
6.	Sector da Energia	19
Pilar V	Assuntos Transversais	20
1.	Avaliação do desempenho a luz do PES 2008 / Indicadores do QAD	20
2.	Género	21
3.	Meio Ambiente	22
4.	Desminagem	22
5.	Ciência e Tecnologia	23
6.	Segurança alimentar e nutricional	23
7.	Desenvolvimento Rural	24
8.	Redução da vulnerabilidade as Calamidades Naturais	24

Pilar I Macroeconomia e Pobreza

1. Breve análise do RTEO do 1º semestre do ano de 2008

Durante o 1º semestre a economia moçambicana registou um desempenho assinalável com a taxa de crescimento da produção a situar-se na ordem dos 6,7%, em linha com a meta do PIB de 7% para o fim do ano. Entretanto, a ocorrência de fenómenos adversos, com realce para a subida dos preços internacionais de combustíveis e dos cereais (trigo, milho, e arroz), a ocorrência de cheias, ventos fortes e o ciclone Jokwe, e o clima de insegurança derivado da xenofobia na África do Sul originaram uma subida da taxa de inflação média para 10,35% durante o 1º semestre, contra os 8,2% registados até ao final do ano de 2007. Estes fenómenos poderão afectar o PIB até ao final do ano.

No entanto a estabilidade cambial do metical em relação ao dólar e o rand tem estado a contribuir para atenuar o impacto negativo dos fenómenos acima referidos. Para minimizar o impacto o Governo de Moçambique decidiu diferir os direitos aduaneiros e do IVA sobre o gásóleo e o petróleo de iluminação e impulsionar a produção de cereais através da importação de insumos agrícolas e de sementes melhoradas. Para aliviar a degradação do poder de compra das famílias mais pobres, já existe um programa de apoio alimentar e de suplemento ao rendimento. Espera-se um aumento no apoio a estes programas por parte da comunidade internacional.

Por sua vez, a política fiscal continuou orientada para o alcance dos objectivos estabelecidos no PARPA II. Em termos globais, os níveis de realização das receitas e despesas do Estado estiveram em linha com as metas programadas até ao final do ano de 2008.

Durante o 1º semestre o sector monetário cumpriu as metas em termos do nível de Reservas Internacionais Líquidas (RIL), tendo estas alcançado o valor de USD 1.689 milhões contra os USD 1.354 milhões inicialmente programados, para Junho de 2008, o que equivale a 5 meses de cobertura de importações totais de bens e serviços não factoriais, incluindo as operações de grandes projectos. Outras realizações de destaque no sector monetário incluem: (i) melhoria da posição líquida do Estado em relação ao sistema bancário com a redução do crédito líquido ao governo; (ii) tendência de redução das taxas de juro a retalho; (iii) incremento do crédito à economia; (iv) crescimento dos meios totais de pagamento.

As exportações de bens situaram-se em USD 1.202,5 milhões, o que representa um grau de realização de 45,7% em relação ao programado, e um crescimento comparativamente ao período homólogo de 2007, facto que se deve ao forte dinamismo evidenciado pelo sector exportador de bens tradicionais com um aumento de 22,3%, perante a retracção dos produtos dos grandes projectos em 5,5%.

Para 2009 e 2010, prevê-se a continuação de taxas de crescimento anuais do PIB ao nível de 7%, apesar da possibilidade de virem a ser revistas se se mantiver a tendência de redução nas taxas de crescimento da economia internacional. Prevê-se taxas médias de inflação aos níveis de 7% e 6,4%, representando uma revisão para cima das previsões anteriores, em linha com a tendência da inflação a nível internacional.

O total de receitas cobradas no primeiro semestre, com nível de execução de 47,2% (18.312 Milhões de MT), é ligeiramente superior ao do mesmo período em 2007. O crescimento real de 13,2% é inferior ao do ano passado, e o melhor desempenho em crescimento verificou-se nas receitas sobre bens e serviços nas operações externas. O melhor desempenho em taxa de realização verifica-se nos impostos sobre o rendimento (como em 2007). Os níveis mais baixos de realização foram observados na colecta de receitas

não fiscais e de receitas próprias, tendo-se notado no entanto um aumento significativo no crescimento real das receitas próprias comparado a 2007.

O nível de execução orçamental foi, em geral, elevado para a Despesa de Funcionamento (18.878 Milhões de MT – 49,6% do orçamentado). O desempenho da Despesa de Investimento foi relativamente reduzido (10.013 Milhões de MT) se comparado com a rubrica de funcionamento, e teve uma taxa de realização de apenas 22,3% (Componente Interna: 35,3% e Componente Externa: 17,8%). O peso total da Despesa nos Sectores Prioritários até Junho de 2008 foi de 60,3% (em igual período de 2007: 59,4%), com uma taxa de realização em relação ao orçamento de 32,3% (em igual período de 2007: 34,3%). A despesa total (excluindo Encargos da Dívida) nos sectores prioritários no 1.º Semestre foi de 17.011 Milhões de MT e em igual período de 2007 foi de 10.756 Milhões de MT. Relativamente ao âmbito sectorial, os sectores de agricultura, saúde e águas reportam também níveis baixos de execução orçamental, restando no entanto esclarecer as principais causas desse problema nos respectivos sectores, para a sua melhor solução.

Apresenta-se este ano uma situação similar daquela do ano passado em que se registam baixos níveis de execução da componente externa do investimento. É importante salientar o esforço conjunto feito nos meses de Junho e Julho, pelo MF – DNO e os sectores, com a activa participação dos doadores, para que a orçamentação da componente externa no Orçamento do Estado 2009 fosse a mais consistente possível a fim de evitar os problemas que se evidenciaram em 2007 e os que correm o risco de afectar a componente externa deste ano.

De salientar que a qualidade dos dados e a apresentação dos Mapas do Relatório de Execução Orçamental continuam a revelar o esforço da MF – DNCP em melhorar a qualidade do relatório, facilitando não só a consulta como o entendimento dos dados.

O grupo PAMS (Governo e os Parceiros de Cooperação) está no processo de preparação da proposta para o processo de realização do RAI (Relatório de Avaliação de Impacto do PARPA II). A proposta vai incluir as etapas e os relativos prazos assim como o enfoque temático da avaliação, com uma clara definição dos responsáveis pela implementação do RAI.

2. Indicadores e metas finais para o QAD 2009 e metas indicativas para 2010

Em relação aos indicadores deste pilar, todos se mantêm para o ano 2009 e 2010. Os indicadores 1 (observatórios de desenvolvimento), 5 (e-SISTAFE) e 7 (*procurement*) sofrem um melhoramento de redacção para reflectir melhor a situação real. A maioria das metas indicativas para o ano 2009 definidas na Revisão Semestral do ano 2007 são confirmadas. As metas que são alteradas referem-se aos indicadores 4 (PETS), 5 (e-SISTAFE), 6 (receitas) e 8 (controlo interno).

Pilar / Área	Indicador [Fonte de Verificação]	Meta 2009	Meta indicativa 2010	Nº Ind
MACROECONOMIA E POBREZA				
Análise de Pobreza e Sistemas de Monitoria	Nº de Províncias com OPP's realizados de acordo com os critérios de implementação definidos no Guião [Sínteses dos OPP no website do OP e na DNP]	11	11	1

Gestão das Finanças Públicas	Despesa agregada como % do OE aprovada [OE]	≥95% e ≤105%	≥95% e ≤105%	2
	Alocação no OE em linha com o CFMP. [CFMP e OE]	X	X	3
	Pesquisa de Localização das Despesas Públicas ("PETS") executada numa base bianual [MF 7 MPD]	i) Plano de Implementação baseado nos resultados e conclusões do PETS na área da educação esta em curso, ii) Governo comunica a decisão sobre a próxima aplicação do instrumento PETS em Moçambique até à RC 2009	Por determinar	4
	Implementação e efectividade do uso do e-SISTAFE [MF]	<ul style="list-style-type: none"> • 90% da execução orçamental das UGEs em bens, serviços e investimentos através da execução orçamental directa; e • Pelo menos 40% da execução de salários será através da execução orçamental directa; e • Pelo menos 50% da execução de pensões será através da execução orçamental directa ou pagamento ate a conta da instituição intermediária. 	XX % do Orçamento do Estado executado através da execução orçamental directa, com as seguintes metas para categorias orçamentais específicas: <ul style="list-style-type: none"> • Bens e Serviços: XX% • Investimento Interno: XX% • Investimento Externo: XX% • Salários: XX% • Pensões: XX% 	5
	Receitas totais em % do PIB [OE]	16,9% do PIB	18,1% do PIB	6
	Operacionalidade do Sistema de Procurement melhorado [DNPE-MF]	X	X	7
	% de órgãos de nível central e provincial com unidades de controlo interno em funcionamento [Relatório anual de actividades do subsistema de controlo interno, SCI]	75%	100%	8
	Cobertura do Orçamento do Estado auditado pelo TA conforme as normas técnicas do INTOSAI e segundo a legislação moçambicana	35 %	Por determinar	9

No âmbito do **sistema de monitoria participativa** propõe-se uma melhoria do indicador número 1 para reflectir os progressos feitos com a elaboração do Guião dos ODP's: 'Nº de Províncias com ODP's

realizados *de acordo com os critérios de implementação definidos no Guião*'. Em concordância com esta actualização submete-se a nota técnica revista.

Considerando o atraso na implementação do **estudo PETS** em 2008, a meta para 2009 será: "i) Plano de Implementação baseado nos resultados e conclusões do PETS na área da educação está em curso, ii) Governo comunica a decisão sobre a próxima aplicação do instrumento PETS em Moçambique até à RC 2009." Nesta base a meta para 2010 será concretizada na RC 2009.

Por razões de forma propõe-se uma nova formulação do **indicador do e-SISTAFE** (número 5), pois, o indicador anterior não mostra claramente a ligação entre si e as metas. A reformulação não tem impacto no escopo do indicador e das metas: "*Implementação e efectividade do uso do e-SISTAFE*". A meta para 2009 considera a implementação mais lenta da reforma em 2008, e responde à necessidade de alinhar as metas com aquelas acordadas com o FMI de acordo com a carta de intenções do GoM, da 2ª revisão do PSI. A nova meta também reflecte o facto de a execução orçamental para bens, serviços e investimentos ser diferente à de execução dos salários e pensões. O pagamento de salários não é feito pelas UGEs mas sim pela DNCP e DPPFs. O número de pensionistas possuindo contas bancárias e a possibilidade económica de eles terem uma, são factores determinantes desta definição. O Governo tem vindo a realizar esforços com vista a assegurar que todos os funcionários, onde possível, tenham uma conta bancária. As metas quantitativas de 2010 serão definidas no decurso da revisão conjunta de 2009. A UTRAFE comprometeu-se em incluir o desempenho destas metas nos seus relatórios trimestrais, para melhor se definir as metas em 2009.

Em relação às **receitas totais em percentagem do PIB**, a meta indicativa para 2009, acordada na Revisão Semestral de 2007 era de 16,0% do PIB. Segundo os dados actualizados do CFMP 2009-11, a meta prevista de receita total para 2009 é de 16,9% do PIB, tomando em consideração o aumento da receita verificado em 2007, e os desenvolvimentos previstos para 2008 e 2009. Segundo o mesmo documento, a meta indicativa de receita total para 2010 é de 18,1% do PIB.

O **indicador sobre procurement** (número 7) acordado do QAD 2008 será ligeiramente modificado para indicar o melhoramento do sistema para 2009 e 2010: "Operacionalidade do Sistema de Procurement *melhorado*". Para 2009 e 2010 serão introduzidas mais duas submetas que reflectem o melhoramento na planificação do procurement e medidas para garantir uma melhor integridade do sistema do procurement com vista a contribuir para o combate à corrupção. A nota técnica sofreu mudanças nas submetas que definem o melhoramento da operacionalidade do Sistema de Procurement.

Em relação aos **Órgãos de Controlo Interno**, a meta para 2009 será 75% dos OCI's em funcionamento. Esta meta será possível alcançar com o envelope de recursos existente. Isto significa que a meta indicativa para 2009 estabelecida em 2007 é alterada de 100% para 75%. Caso ao longo do ano se consiga um financiamento externo adicional para as actividades de suporte ao SCI, espera-se que a meta de 75% seja superada. A meta indicativa para 2010 é definida em 100%.

A meta de **auditoria externa** para 2010 vai ser acordada em 2009. O Tribunal Administrativo está em processo de recrutamento de mais técnicos o que será tomado em conta no estabelecimento da meta.

3. Ponto de situação das metas aprovadas para 2008

No que refere ao ano corrente, no âmbito do **sistema de monitoria participativa**, apenas quatro Observatórios de Desenvolvimento Provinciais foram realizados até ao momento, mas está em curso a preparação de mais três ODPs. Portanto, é possível que apenas sete dos onze previstos se realizem até finais do ano em curso. Neste contexto, é pouco provável que, a meta seja atingida. É de destacar o processo de aprovação do guião do OD. O guião foi elaborado pelo governo em consulta com os

Parceiros de Cooperação e Organizações da Sociedade Civil, e tem a previsão de ser aprovado e disseminado ainda no presente ano. Realçar também a actualização e a significativa melhoria da página web dos OD (www.od.gov.mz), na qual se nota que, ainda não foi feita a publicação de alguns relatórios das sessões plenárias dos ODs e de algumas sínteses das sessões preparatórias referentes aos anos anteriores. Não obstante, não foi publicado nenhum relatório dos quatro ODPs já realizados este ano. Em geral, estas demoras se devem ao processo de aprovação dos relatórios a nível provincial antes da sua submissão ao MPD. Assim sendo, não é possível analisar a qualidade dos relatórios - conforme a indicação da actual nota técnica. A calendarização dos ODPs continua sendo um constrangimento em face dos adiamentos constantes das datas das sessões e quando as mesmas são fixadas os convidados são informados em tempo limitado inibindo a sua preparação para uma melhor participação nas sessões plenárias.

Em relação à **despesa agregada** como percentagem do Orçamento do Estado, tudo indica que a meta para 2008 será atingida. No entanto, considerando a despesa agregada incluindo a componente externa do investimento, será ainda necessário desenvolver acções para melhorar o nível de execução. O considerável atraso na preparação do **CFMP** levou a uma sobreposição do processo com o de preparação do Orçamento. Os dois documentos beneficiaram, portanto, de uma troca de informações não usual que, de princípio, aumentará o alinhamento entre os dois documentos. Sendo assim, é razoável pensar que a meta do indicador 3 será atingida. Importa observar que os atrasos significativos na preparação e publicação do CFMP enfraquecem o ciclo de preparação do Orçamento, a oportunidade de ter um documento de previsão (CFMP), assim como a utilidade de comparar o primeiro ano do CFMP com o OE e a coerência entre as afectações (indicador 3).

Com referência ao indicador 4 (**PETS**) chegou-se à conclusão que apesar duma boa cooperação entre os PAPs e o Governo o progresso ainda é lento. A contratação da empresa de consultoria está na fase final, as propostas técnicas prometem um bom desempenho mas o Estudo PETS na área da educação não estará disponível até ao fim do ano 2008. Muito menos será possível de acordar um plano de implementação dos resultados do PETS até ao fim do ano em curso. Porém, a meta para 2008 ainda pode ser atingido dependente do progresso na realização do PETS em 2008 e no trabalho do campo efectivamente em curso até à data da Revisão Conjunta de 2009.

No âmbito do **e-SISTAFE**, 97% da execução orçamental de bens, serviços e investimentos foi realizado pela via directa até o final do de Junho de 2008. O Governo está no bom caminho para o alcance da meta.

O progresso geral é positivo na **mobilização de receitas** com possibilidade de ser atingida a meta acordada para 2008 de 15,5% de receita em relação ao PIB. Para o restante do ano de 2008 espera-se que a receita colectada venha a baixar em relação ao valor orçamentado (representando uma perda cerca de 0,6 pontos percentuais em relação à receita cobrada em 2007), principalmente como resultado do impacto negativo na cobrança da redução de receitas tarifárias por integração na SADC, e em particular por medidas de política tomadas de diferimento dos direitos aduaneiros e do IVA sobre alguns combustíveis, para fazer face ao aumento internacional dos preços do petróleo. Note-se que o rácio de receita efectivamente atingido em 2007 foi já de 16,4% do PIB, permitindo que apesar do abaixamento do nível de receita esperado até ao fim de 2008 até 15,8%, ainda seja atingida a meta acordada para o ano. Tem-se verificado progressos na consolidação da AT e no processo de reforma em geral, em particular na continuação de esforços para aumentar a eficiência de cobrança de receita.

Na área de **procurement** foi efectuada a actualização do Country Procurement Assessment Report. O esboço do relatório foi enviado ao governo e o processo da discussão e disseminação dos resultados está em preparação. O desenvolvimento dum sistema adequado de monitoria e a actualização do plano de acção com propostas concretas para a implementação serão resultados principais que se espera deste processo. A última actualização do plano de acção foi feita nos meados do 2006 e mostrou-se difícil

durante esta Revisão Semestral de fazer o acompanhamento deste plano. Concordou-se com a actualização do plano e sugere-se que seja feito este trabalho durante o processo de discussão e actualização do relatório do CPAR, discutindo-se igualmente nessa altura o financiamento deste Plano. Nas diversas áreas de confluências com os outros subsistemas da gestão das finanças estão acções em curso. Nomeadamente na cooperação com o Subsistema do Controlo interno e para a integração do sistema do património no e-SISTAFE. Contudo, o orçamento da UFSA está com um nível de execução de 100% em relação ao valor disponibilizado pela UTRESP (400.000 USD) para 2008. De referir que esta é a única fonte de financiamento das actividades da UFSA, o que significa que não existe dinheiro para actividades no 2º Semestre. O funcionamento (trabalho de dia a dia da UFSA) está garantido pelo OE.

Para o corrente ano está previsto 65% dos **Órgãos de Controlo Interno (OCI's)** em funcionamento. Os dados disponíveis até 30 de Julho de 2008 indicam que 38 OCI's estão em funcionamento, dos quais 21 OCI's a nível central e 17 OCI's a nível provincial, o que representa 45% dos órgãos. De referir que estão ainda por contabilizar dados referentes a quatro províncias, e incluindo esses dados é provável que a meta para 2008 possa ser cumprida.

Durante o primeiro semestre de 2008 foram realizadas 150 **auditorias financeiras e de obras públicas** dentre as quais 15 auditorias no âmbito da preparação da emissão do relatório e parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2007. As Auditorias efectuadas neste período cobriram 7,2% do Orçamento do Estado. Tomando em consideração que a maior parte das auditorias são realizadas durante o segundo semestre, é provável que a meta para auditoria externa em 2008 seja alcançado.

Pilar II Governação

1. Introdução

No pilar de governação concordou-se um novo indicador (13), uma meta para 2008 (ind. 12) e oito metas para 2009 (a meta para ind. 12 fica em branco em seqüência da recém aprovação da nova política salarial). As notas técnicas dos indicadores 11 e 12 foram ajustadas para permitir maior clareza sobre os respectivos processos de verificação. A nota técnica para o indicador 13 deve ser finalizada antes do fim da revisão semestral com a indicação do método de verificação pelo MF. As notas técnicas dos indicadores 16 e 17 constarão na agenda do diálogo político com o objectivo de garantir a avaliação das mesmas durante a próxima revisão conjunta.

Em termos de desempenho para constatou-se que existem fortes indicações que as metas para os indicadores 10, 13, 15 e 18 serão atingidas. No entanto, parece que será difícil de atingir a meta do indicador 14 tendo em conta que de acordo com o balanço do PES o aumento dos casos julgados no primeiro semestre de 2008 era 2% em relação a 2007 (enquanto a meta estabelece um aumento em 15%).

Os parceiros lamentam os atrasos constatados e as repetidas dificuldades envolvidas na condução deste (e outros) processos de revisão, em particular na área de descentralização.

2. Execução Orçamental

Ao nível provincial a execução do orçamento é relativamente baixo (24%). Há diferenças substanciais entre as provinciais de 15% até 42%. A execução ao nível distrital é melhor (média de 53%) em comparação com o ano passado. Para as autarquias o nível de execução continua igual a 2007 (64%). Em termos de receitas próprias a recolha ao nível provincial é extremamente baixo (1.6%) e muito variável ao nível distrital (entre 12% e 105%). Continua não haver informação sobre as receitas próprias das autarquias.

De acordo com o Relatório de Execução do Orçamento Estado o Ministério da Função Pública teve uma execução do orçamento nas Despesas de Funcionamento que atingiu 35% e nas Despesas de Investimento – Interno 45%. A execução do orçamento de investimento externo atingiu 80% do valor desembolsado, conforme os dados fornecidos pela UTRESP.

A execução do orçamento do primeiro semestre de 2008 no Sector da Legalidade, Justiça e Ordem Pública (45,25%), registou um resultado positivo comparado ao primeiro semestre do ano passado (42%) e a taxa média nos sectores prioritários (34.8%). Destaque vai para a segurança e ordem pública que atingiu a taxa de realização mais elevada (52%), tendo a execução das despesas correntes contribuído de forma significativa para este resultado. Com efeito, a execução das despesas correntes a nível central atingiu os 50,29%, e a nível provincial registou 45%, o que representa um valor positivo. Por seu turno, a execução das despesas de investimento é mais baixa que a do ano passado, tendo registado 13,68%, contra os 17% do ano passado, resultado este ligeiramente superior ao alcançado em 2006 de 13%.

Na execução da componente externa dos investimentos nota-se nesta fase uma execução nula sendo que em alguns casos há falta de dados. A situação é preocupante, revelando a prevalência das fragilidades do sistema de fluxo e tratamento de informação em tempo útil, dentro do Sector e entre este e as instâncias de globalização desta matéria. O facto deverá constituir matéria da atenção, tendo em conta a necessidade de evitar as omissões constatadas. No que diz respeito as instituições este ano consagradas como novas unidades orçamentais, destaca-se um nível aceitável de execução registado pelo IPAJ (38,1%), sendo no

entanto de registrar uma baixa execução do Serviço Nacional das Prisões (15%) e do CFJJ de (0%). É de referir ainda com execução nula constam o Tribunal Superior de Recurso e Gabinete do Provedor da Justiça, que não estão ainda em funcionamento. Quanto as receitas próprias reporta-se uma taxa de cobrança de 30% para o Ministério do Interior, colecta significativa se comparada com a do ano passado de 10%. No entanto, continua a omissão de dados nesta matéria, no que se refere ao Ministério da Justiça e outras instituições do sistema, facto que deverá merecer igual atenção para ser ultrapassada. As despesas de funcionamento da parte do GCCC (44,5%) atingiram o dobro quando comparados ao ano passado (21,5%). Evidenciam-se um bom nível de realização na despesa de funcionamento no caso do Tribunal Judicial de Menores (57,1%) e da Procuradoria Geral da República (52,5%).

3. Metas 2009 e indicativas para 2010

Relativamente à indicação das metas para 2009 e metas indicativas para 2010, é de reportar o seguinte:

- **Indicador 10 – % do orçamento para as províncias, distritos e autarquias** – a meta prevista para 2009 é baseado no CFMP e o método de cálculo das metas e dos resultados estará alinhado. A previsão é de 27.8% do orçamento para as províncias; 3.6% para os distritos e 1% para as autarquias.
- **Indicador 11 – % CCDs que funcionam de acordo com a Lole e o seu decreto** – será verificado através de 6 critérios aplicados a uma amostra de 42 distritos. Para 2009 o cumprimento com os critérios estabelecidos deveria atingir 100% da amostra.
- **Indicador 12 – Aprovação e implementação da política salarial e harmonização das três bases de dados** – a meta de 2009 fica sujeito a uma análise da recém aprovada Política Salarial.
- **Indicador 13 – Aumento do nº de Autarquias, propõe-se a sua eliminação por ter sido cumprido na íntegra e sua substituição pelo indicador 9e da Matriz Estratégica do PARPA e 13 do PAF que é “% de receitas próprias (em relação ao orçamento anual) por categorias dos 33 municípios”.** O MF vai completar a nota técnica antes do fim da revisão semestral com a fonte e método de verificação.
- **Indicador 14 - n.º de casos julgados por ano** - a meta prevista para 2009 será determinada pelo aumento em 15% de casos julgados em relação a 2008 e a meta indicativa para 2010, pelo aumento em 15% em relação ao ano 2009.
- **Indicador 15 - Número cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento**, a meta para o ano 2009 será aferida pela expansão dos serviços de assistência Jurídica e Judiciária até 68 distritos e a indicativa para 2010 pelo aumento da cobertura até 78 distritos. Os parceiros consideram a meta para 2009 extremamente modesta tomando em conta o bom desempenho de 2008.
- **Indicador 16 - n.º de casos de corrupção**, a meta para 2009 e meta indicativa para 2010 será aferida pela publicação da informação e dados estatísticos da PGR. A disponibilidade da informação constará na agenda do diálogo político.
- **Indicador 17 - % de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória**, a meta para 2009 será dada pelo aumento em 82 % de casos instruídos e a meta indicativa para 2010 será achada pelo aumento em 85 % de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória. Os parceiros consideram a meta para 2009 extremamente modesta tomando em conta o progresso já registado em 2008. A disponibilidade da informação constará na agenda do diálogo político.
- **Indicador 18 - % de processos crimes esclarecidos** a meta para 2009 será concretizada pelo alcance de 76 % dos casos e a meta indicativa para 2010 em 78 % de processos crimes esclarecidos.

4. Desempenho no Primeiro Semestre 2008

Na área de **descentralização** o Governo continua a incentivar *projectos de iniciativa local* nas duas vertentes (produção de comida e geração de emprego) e em 2008 continuam vigentes os três critérios de afectação de recursos (o número da população com um peso de 35%, a superfície do distrito com 20% e o índice de pobreza com 30%). Os restantes 15% são do nível de arrecadação de receitas que tem por objectivo estimular os distritos com bom desempenho no compromisso a arrecadar. O valor global do OIIL de 2008 é de 1.385.293,30 contra 1.016.527,16 de 2007 o que representa um aumento em 13.6%. O Governo vai levar a cabo um estudo sobre a execução do OIIL nos distritos que terá como um dos objectivos compreender como é que funciona o processo de tomada de decisões desde o nível central até ao comunitário para a alocação destes fundos. O Governo aprovou o Decreto nº 33/2006 de 30 de Agosto, sobre a *transferência de competências* dos órgãos do Estado para os órgãos das autarquias locais nas áreas de Educação, Saúde, Transportes e Comunicações, Indústria e Comércio, Agricultura, Ambiente, Finanças, Obras Públicas e Mulher e Acção Social e outras. Este Decreto é válido até 2009, prorrogável pelo Conselho de Ministros por mais dois anos. O mesmo Decreto estabelece que os Municípios deverão apresentar ao Estado as suas propostas de áreas de transferência de competências. A maioria dos municípios ainda não formulou as suas propostas excepto as Cidades de Maputo, Beira e Inhambane. As cidades da Matola e Nampula criaram comissões para trabalharem com os Governos das respectivas Províncias na identificação das prováveis áreas de competências que poderão ser transferidas. Espera-se que o processo de constituição das comissões dos municípios de cidades e vilas de nível A, B e C seja concluído em breve. As propostas de Cidades de Maputo, Beira e Inhambane estão remetidos à apreciação do Conselho Coordenador do MAE. A proposta de *Guião de Organização e Funcionamento dos Conselhos Consultivos locais* já foi objecto de apreciação em vários fóruns. Actualmente está a decorrer a compilação de contribuições dos Distritos e das Secretarias Provinciais. Está agendada a apreciação da versão preliminar no Conselho Coordenador do MAE a decorrer de 17 a 19 de Setembro em curso. Os Municípios estão a enviar normalmente as respectivas propostas de Quadros de Pessoal tendo já a tutela administrativa recebido 18 e homologado 15.

Ao nível da Reforma do Sector Público foram aprovados os parâmetros da *política salarial*, tendo se desenvolvida a política salarial aprovada pelo CM o 9 de Setembro 2008. A política salarial é de médio prazo, daí que a sua implementação será gradual, tendo em conta a sustentabilidade macroeconómica e financeira. É seu objectivo reter, redistribuir e atrair novos profissionais de forma a assegurar a consolidação da prestação de serviços de qualidade ao público. Depois da aprovação do decreto sobre o *sistema electrónico de gestão de recursos humanos*, subsequentemente foram preparadas as especificações técnicas do software do sistema de gestão, tendo se constatado que o valor da sua aquisição ronda os oito milhões de dólares. Devido a exiguidade de fundos, esforços estão sendo realizados para a materialização desta acção com recurso aos fundos internos do Estado e com o apoio dos parceiros de cooperação internacional. A partir da base e-CAF têm se produzido relatórios referentes aos funcionários e agentes do Estado, estando previsto em Outubro de 2008 o lançamento do primeiro anuário estatístico dos funcionários e agentes do Estado. No âmbito da implementação da Reforma do Sector Público o Governo de Moçambique realizará a segunda *Pesquisa Nacional de Governação e Corrupção em 2009*, abrangendo todo o país, com o objectivo de avaliar as percepções do cidadão sobre a provisão de serviços e sobre os níveis de corrupção. Está em curso um processo conducente a realização de pesquisas intermédias para avaliar o grau de satisfação dos utentes nos seguintes sectores: Ministério da Justiça – Serviços de Registo e Notariado; Ministério de Indústria e Comércio – serviços de licenciamento; Ministério da Saúde – serviços de urgência do HCM; e Ministério do Interior – Polícia de Trânsito. Os *planos de acção de combate à corrupção* sectoriais foram integrados no PES. Assim os relatórios de balanço do PES já reflectem esta realidade, o que torna possível utilizar os mecanismos de monitoria e avaliação do PES, para acompanhamento e avaliação dos resultados da implementação da Estratégia anti-corrupção. Estão em curso acções com vista a tornar o Observatório de Desenvolvimento e

os Conselhos Consultivos Distritais como mecanismos permanentes de diálogo, consulta e monitoria de acções do governo, pela sociedade civil, parceiros de cooperação e sector privado.

No que concerne ao grau de cumprimento dos indicadores da **Justiça** (14-18) é de reportar em relação ao indicador 14, o crescimento em 2% no primeiro semestre de 2008, relativamente a igual período de 2007, chamando atenção para o grande desafio que se coloca para o alcance da meta estabelecida para este indicador. No que respeita ao indicador 15, este registou um aumento da cobertura territorial dos serviços do IPAJ aos 57 distritos do País, correspondendo aos esforços em curso para a garantia do acesso à justiça a todos os cidadãos. Relativamente ao indicador 16 sobre os casos de corrupção, é de reportar que durante o período em balanço, deram entrada 406 casos, estando em diligências 256, tendo sido acusados 63, abstidos/arquivados 30, a aguardar julgamento com data marcada 27, julgados 31. Quanto ao indicador 17, é de registar um total de 18.307 processos, dentre os quais, 5.515 transitaram do ano passado e 12.792 deram entrada este ano. Do total dos processos instruídos 9.793 foram dentro do prazo e 4.666 foram fora do prazo, representando cerca de 53 % processos instruídos dentro prazo. No concernente ao indicador 18 registou-se no período em balanço, o alcance de 72 % de processos crimes esclarecidos.

Relativamente à auditoria de desempenho, o Sector da Justiça continua aguardando o relatório de avaliação produzido pelos avaliadores, não tendo sido de momento circulada nenhuma informação. No que se refere à harmonização da legislação de Combate à Corrupção, Moçambique ratificou as Convenções Internacionais em 2004 (SADC Protocol) e em 2006 (UN Convention e AU Convention), estando na atenção do Programa da Reforma Legal o seu acolhimento na legislação ordinária em função do programa da Reforma Legal no país. Os parceiros realçam a urgência desta harmonização.

Pilar III Capital Humano

1. Execução do Orçamento nos Sectores do Capital Humano no primeiro semestre de 2008

O volume total de recursos financeiros alocados aos quatro sectores do pilar do Capital Humano (Educação, Saúde, Água e Acção Social) é de 29.919 Milhões de MT, o que representa 37% do total do Orçamento do Estado para 2008, excluindo os encargos da dívida. A Despesa de Funcionamento no Pilar Capital Humano totalizou 6.643 Milhões de MT (62% do orçamento de 12.303 Milhões de MT) e a Despesa de Investimento 4.008 Milhões de MT (23% do orçamento de 17.614 MT). No total, o pilar capital humano teve uma execução na ordem de 10.651 Milhões de MT o que corresponde a 36% do orçamento total alocado para o pilar. A execução em igual período do ano passado foi de 34%.

De salientar que de entre os sectores que compõem o Pilar Capital Humano, os sectores de Saúde (29%) e de Águas (29,1%) verificaram no primeiro semestre de 2008 uma realização reduzida se comparada com os outros sectores, nomeadamente Educação (41,1%) e Acção Social, que apresentou a maior taxa de realização (46%).

Ao nível do sector da Saúde; e considerando o REOE do 1º semestre de 2008, constata-se que no 1º semestre de 2008 a execução orçamental do sector¹ foi de 29% contra 36% para igual período de 2007. O orçamento corrente² do sector de saúde apresenta uma realização de 52% em 2008 (55% em igual período de 2007). A componente interna do orçamento de investimento regista 29% no 1º semestre de 2008, contra 43% de 2007. Na componente externa do OE, os projectos inscritos têm uma dotação de 2.435.663 mil Meticais em 2008; contra uma dotação de 2.798.604 mil Meticais em 2007. A execução foi de 8% em ambos os períodos. Quanto aos fundos comuns, é importante destacar que a partir de 2008 passaram a transitar pela Conta Única do Tesouro (CUT), com excepção dos Medicamentos que mantêm o procedimento anterior. Esta componente em 2008 conta com uma dotação³ de 203.300 mil Meticais, com uma realização de 100%, enquanto que em 2007 a dotação foi de 237.229 mil Meticais com uma execução de 197% no período. O restante dos fundos comuns⁴ regista em 2008 uma dotação de 3.437.788 mil Meticais com uma realização de 14% contra uma dotação de 1.154.092 mil Meticais em 2007, com uma execução de 15% no primeiro semestre.

Em termos de execução por âmbito geográfico, verifica-se que 54% da despesa total no Pilar Capital Humano foi executada no âmbito Central e os restantes 46% no âmbito Provincial.

¹ A execução apurada pelo sector no 1º semestre de 2008 é muito próxima daquela apresentada no REOE-MF, contudo o sector apresenta valores superiores tanto na dotação quanto na execução. Isso ocorre basicamente em virtude de a informação sobre os fundos comuns de que o sector dispõe ser mais actualizada. A inscrição precisa ser regularizada no e-SISTAFE, para além da actualização dos dados de execução;

² A diferença constatada na dotação do Orçamento de Funcionamento em relação aos dados do sector da saúde é devido ao facto de que o MF agrega a dotação prevista para as receitas do sector;

³ A informação sobre o FC-Medicamentos não transita pela Conta Única do Tesouro (CUT). Figuram aqui os dados do REOE-MF para os dois períodos. Em 2007 houve divergência nos dados do e-SISTAFE e Mapa V-4 do REOE-MF, por ocasião da elaboração do relatório, tendo ocorrido um equívoco na conciliação da informação, tendo sido corrigida no segundo semestre de 2007. No segundo semestre de 2008 a dotação do FC-Medicamentos deverá ser regularizada, acrescendo em 794.762 mil Meticais, que sairá da dotação do FC-PROSAÚDE. De acordo com os dados disponíveis no sector, o Orçamento do FC-Medicamentos é de cerca de 998.062 mil Meticais e no primeiro semestre de 2008 foram desembolsados pelos PC's um valor acima desse montante, levando em conta os ganhos cambiais. A área de Medicamentos do MISAU informou que 709.507 mil Meticais haviam sido executados na forma de liquidações efectivas ou cartas de crédito abertas no Credit Suisse, o que representa uma execução de 71%. Informa-se ainda que a componente de Medicamentos do sector saúde tem uma parte financiada pelo PROSAÚDE e outra pelo *Global Fund* (Fundo Global) que não deve ser considerado como fundo comum;

⁴ As dotações actuais devem ser revistas e regularizadas, tanto é que no Orçamento do PROSAÚDE para o 1º semestre de 2008, está incluída a dotação do Fundo Global que, de acordo com o PES'2008 é de 1.473.619 mil Meticais. Com as regularizações mencionadas, inclusive do FC-Medicamentos, o FC-PROSAÚDE passará a ter um Orçamento de 1.169.407 mil Meticais. Esses fundos transitam pela CUT. Portanto não é correcto atribuir uma execução 14% ao PROSAÚDE, que em face da dotação revista e diante das despesas realizadas, aproximadamente 487.628 mil Meticais, o grau de realização seria de 41,7%.

Continua a haver diferenças, embora menores em relação aos anos anteriores, entre os dados constantes do Relatório de Execução do Orçamento do Estado (REOE) e os dados financeiros fornecidos pelos sectores no que concerne à alocação e execução orçamental (ex. PROSAUDE e FASE), alocação orçamental no sector de Águas (ex. MCA tendo sido considerado no relatório do sector das águas mas não considerado na classificação do REOE) e a alocação no sector de Acção Social (ex. Programa de Subsídio de Alimentos que não foi considerado na classificação do REOE).

Os sectores de Águas e Saneamento, Educação e Acção Social continuam a manifestar preocupação pelo lento crescimento ou mesmo redução da fonte interna do orçamento. Ao nível do sector de Águas e Saneamento as dívidas de IVA são elevadas (cerca de 434,4 milhões de Meticais, o equivalente a cerca de 138% da fonte interna do seu orçamento) com consequências muito negativas ao nível da execução dos programas em curso. Ao nível da Educação a proporção da fonte interna do investimento, em relação ao total do orçamento de investimento, continua a baixar, fazendo com que, de facto, o sector não beneficie do crescimento dos recursos externos disponibilizados. Ao nível da Acção Social o lento crescimento dos recursos internos tem obrigado o sector a rever em baixa a abrangência dos seus programas de protecção social dirigidos aos segmentos da população mais vulneráveis. Os limites indicativos fixados para o orçamento de 2009 não alteram este cenário agravando-o mesmo consideravelmente no caso do sector de Águas e Saneamento pondo em causa a sustentabilidade dos seus programas.

2. Indicadores do QAD e suas metas para 2009 e 2010

O Pilar de Capital Humano possui 10 indicadores. Conforme acordado na Avaliação Conjunta de 2008, o sector de Saúde substituiu o indicador “% de mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos que possuem pelo menos uma REMTI em cada distrito sem pulverização” pelo indicador “*Habitantes por Pessoal Técnico de Saúde*”, porque a escassez de recursos humanos em quantidade e qualidade continua sendo um grande constrangimento para a expansão dos serviços e a sua resolução é uma prioridade do sector.

O sector de Água e Saneamento propõe, para 2010, a substituição do indicador actual, por considerar que ele não é o mais adequado para medir o desempenho do sector como um todo, por dois novos indicadores mais alinhados com os OdM, um referente à cobertura de serviços por ligações domiciliárias e outro referente à cobertura dos serviços de saneamento.

Por forma a medir o desempenho do Pilar de Capital Humano, a tabela abaixo apresenta (i) os resultados de 2007, (ii) as metas para 2008, (iii) os resultados do primeiro semestre de 2008; (iv) as metas propostas para 2009 (entre parênteses as metas originais para 2009) e (v) as metas indicativas para 2010. Como se encontra ilustrado, propõe-se a revisão em baixa de quatro metas (ou 40%) e a revisão em alta de uma meta.

A redução substancial proposta para meta do TARV pediátrico deve-se ao facto de a meta fixada ter sido demasiado ambiciosa. As metas do TARV pediátrico para 2009 e 2010 foram ajustadas na base de uma revisão da metodologia de cálculo do número de crianças com HIV/SIDA que necessitam de TARV pediátrico. O MISAU reconhece que o SIDA está emergindo como uma das principais causas da mortalidade infantil que ameaça outros progressos rumo ao cumprimento das metas de desenvolvimento do milénio como a “redução da taxa de mortalidade infanto-juvenil (menores de 5 anos)”. A redução substancial da meta da acção social, em função do orçamento alocado, é também uma preocupação, particularmente tendo em conta a conjectura da subida global dos preços dos alimentos e a importância dos programas de protecção social para a redução da pobreza entre os segmentos da população mais vulneráveis.

Tabela 1: Indicadores e metas do Pilar Capital Humano

Área	Indicador	2007	2008	2008	2009	2010
		Real	Meta	Real (1º semestre)	Metas propostas*	Metas indicativas
Saúde	1) Taxa de cobertura com DPT3 e Hb em crianças aos 0-12 meses	100%	95%	86%	95% (95%)	>95%
	2) Taxa de cobertura de partos institucionais	53.8%	53%	52.9%	60% (56%)	62%
	3) Habitantes por Pessoal Técnico de Saúde	1,459	1.364	1,360	1.306	1.202
	4) N° total de pessoas que beneficiam de TARV	88.211	132.280	108.536	160.000	190.000
	5) N° de crianças que beneficiam do TARV pediátrico	6.320	20.826	7.551	11.500 (30.000)	18.000
Educação	6) Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Raparigas.	70%	74%	73%	76% (80%)	79%
	7) Taxa de conclusão EP2 – Raparigas	29%	34%	34%	44% (47%)	46%
	8) Rácio alunos por professor no EP1	73	69	71	68 (67)	65
Água	9) N° de novas fontes dispersas construídas		1.055		1.496 (1.034)	Propõe-se mudança do indicador
Acção Social	10) N° de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social		152.763	154.592	204.827 (294.400)	232.827

* Entre parênteses as metas inicialmente propostas para 2009

3. Ponto de situação das metas aprovadas para 2008

O desempenho do Pilar de Capital Humano continua a ser positivo em relação ao alcance das metas dos indicadores do QAD. Porém, algumas metas tais como TARV pediátrico e o rácio aluno/professor no ensino primário do 1º grau não serão alcançadas. Para a área de Acção Social, a falta de dados de base (informação abrangente sobre o universo de beneficiários) continua a ser um desafio para avaliar o desempenho do sector no seu todo.

Sector de Saúde

Houve melhorias significativas no desempenho do sector de saúde no que respeita à expansão e acesso aos serviços. Os indicadores do PAV e a expansão do tratamento Anti-Retroviral tiveram uma evolução positiva. Apenas a meta do TARV pediátrico não será atingida em 2008 por a meta aprovada ter sido demasiado ambiciosa. A cobertura de partos institucionais está próximo da cobertura registada em igual período do ano passado. Estão neste momento em curso actividades orientadas para a aceleração da implementação em atenção à mulher, privilegiando áreas de mobilização comunitária e de envolvimento da família e do parceiro da mulher nos serviços de saúde materna. Em Maio foi aprovado e divulgado o roteiro para a redução da mortalidade materna e neonatal um instrumento orientador das diferentes intervenções a serem implementadas pelo sector e seus parceiros para a melhoria da saúde da mulher.

Sector de Educação

Dois dos três indicadores não serão atingidos: (1) A escolarização aos 6 anos (raparigas) não foi totalmente alcançada (73% contra uma meta de 74%, 70% em 2007) apesar do progresso verificado relativamente a 2007 (é importante notar que a paridade de género é 1 ao nível do ingresso na escola aos 6 anos o que corresponde a uma grande conquista no sector); (2) O rácio alunos por professor no Ensino Primário do 1º Grau ficou nos 71/1 contra os 69 programados, embora tenha sido feito um progresso ligeiro em relação ao ano passado (73/1). No entanto é preocupante o facto de não se ter atingido esta meta considerando o número de novos professores contratados em 2008 (mais de 11,2 mil professores dos quais 8,4 mil para o Ep1). O motivo principal para que não se atingisse a meta foi o atraso nos processos de substituição dos professores que deixam de leccionar por razões várias (morte, saída do sector público, transferência dentro do aparelho do estado, etc.).

Sector de Águas

A situação do único indicador do QAD 2008 é relativamente confortável devendo ser atingido. Isso se deve em parte aos trabalhos a serem executados, que não são capturados no orçamento da DNA (NGOs e outras fontes). Esta não é uma situação nova tendo sido já relatada em 2007.

Sector de Acção Social

No âmbito dos Programas de Assistência Social Básica listados no indicador do QAD para o sector, foram atendidas 154.592 beneficiários (101% do planificado), com a seguinte distribuição por grupo alvo: 115.516 pessoas idosas, 7.802 pessoas portadoras de deficiência, 11.934 crianças, 1.180 doentes crónicos, 5.323 mulheres, 1.341 PVHS, 91 vítimas de incidentes diversos, 3.293 jovens. Os restantes 8.112 beneficiários não reflectidos na desagregação, cessaram durante o semestre. O sobrecumprimento da meta planificada verificado ainda no primeiro semestre deve ser visto como uma oportunidade para o atendimento de novos beneficiários no caso de alocação adicional de fundos para o efeito, pois a maior parte das pessoas abrangidas pelos programas requerem uma assistência permanente (por exemplo as que beneficiam do subsídio de alimentos).

Pilar IV Desenvolvimento Económico

1. Introdução

Os principais desenvolvimentos consubstanciam-se no crescimento do crédito ao sector privado aliada a continuidade da expansão da rede bancária, abertura de agências fora das principais cidades, abertura de novos bancos e no aumento do número de operadores de microcrédito. Salienta-se igualmente a criação de um quadro regulatório conducente à remoção das barreiras à actividade empresarial aliado a abertura de mercado no quadro da SADEC.

A recente aprovação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos visa fazer face à crise mundial de preços de petróleo e alimentos. Não obstante, a subida vertiginosa de preços para a implementação de projectos infraestruturais, poderá restringir seriamente a expansão desejável do nível de infra-estruturas com particular incidência para as áreas agrícola, de estradas e de energia. Na agricultura a baixa execução orçamental (17%) é preocupante; Embora possa ser recuperada no segundo semestre, compromete o alcance das metas do sector para 2008.

2. Sector Financeiro

Os principais desenvolvimentos ao nível do sector financeiro consubstanciam-se no seguinte: (i) crescimento do crédito ao sector privado; (ii) os relatórios e demonstrações financeiras das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras são feitos obedecendo os padrões internacionais - IFRS/IAS. (iii) continuidade da expansão da rede bancária através da abertura de agências fora das principais cidades, abertura de dois novos bancos e o aumento do número de operadores de microcrédito. (iv) conclusão do projecto do Decreto - Lei que aprova o Regime Jurídico do Contracto de Seguro a ser brevemente submetido ao Conselho de Ministros, juntamente com a respectiva proposta de Lei de autorização legislativa de acordo com as exigências da Constituição da República. (v) a implementação das IFRS/IAS ao nível do sector de seguros está condicionada dado que a IFRS4 não está ainda estabilizada ao nível do IASB, organismo internacional que regula esta matéria, o que se espera venha a ocorrer até finais de 2009.

3. Sector Privado

O ambiente de negócios, no primeiro semestre de 2008, foi caracterizado, pela criação de um quadro regulatório conducente à remoção das barreiras ao desenvolvimento da actividade empresarial, com destaque para (i) a aprovação da Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócio que toma como referência os indicadores constantes no relatório do Doing Business do Banco Mundial, (ii) a introdução do regime de licenciamento simplificado que permitiu a emissão de licenças em apenas um dia, e (iii) pela abertura do mercado no quadro da integração regional da SADC.

Não obstante as melhorias supracitadas, as reformas recomendadas na RC 2008 não foram introduzidas ao longo do primeiro semestre. Tais recomendações referem-se à (i) eliminação da exigência de capital mínimo para criação de uma empresa, (ii) fusão dos três procedimentos para obtenção de licença de construção (pedido de DUAT, de plano topográfico e permissão de construção), e (iii) eliminação das inspecções pré-embarque no processo de importação. De referir que esta última poderá comprometer o alcance da meta relativo ao indicador 30 (tempo necessário para efectuar uma importação e exportação) estabelecida em 20 dias.

As inspecções e multas arbitrárias, particularmente das finanças, trabalho, turismo, bem como os elevados custos associados as inspecções não intrusivas de mercadorias através dos scanners continuam sendo apontados como dos principais constrangimentos para o exercício da actividade do sector privado, com destaque para as PME's.

Para 2009, propõe-se a manutenção dos indicadores 30 (tempo necessário para efectuar uma importação e exportação) e 31 (custo de contratação e despedimento de trabalhadores), e as respectivas metas. As metas indicativas para 2010 são 15 dias para o indicador 30 e 50ª posição no ranking do doing business para o indicador 31.

4. Sector da Agricultura

O Governo de Moçambique aprovou, em Conselho de Ministros, a 17 de Junho 2008 um Plano de Acção para a Produção de Alimentos (2009-2011), como estratégia face à crise mundial de preços de petróleo e alimentos, visando o aumento da produção agrária.

Abrangência dos serviços de extensão agrária: Para este indicador (32) foram assistidos no primeiro semestre 326.231 produtores, o que representa uma taxa de realização de 126%, para o ano 2008. Em relação ao indicador **Promoção do uso de técnicas de rega (indicador 33)** previsto intervir na construção/reabilitação de 3.400 hectares de sistemas de regadios, onde no período de Janeiro à Julho, os resultados alcançados atingiram um total de 640.2 ha de regadio construídos com fundos Públicos.

A redução de 59 % resulta essencialmente de um grande número de projectos afectados pelas cheias que ocorreram principalmente na zona centro do País, assim como o início tardio da reabilitação do regadio do Chókwè no âmbito do Projecto de reabilitação de canais secundários e terciários financiado pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), que previa, para este ano, cerca de 800 ha.

Existem ainda cerca de 1036 ha em diferentes fases de reabilitação/construção (em cerca de 60 à 90% de execução), e achamos que até finais do ano estarão concluídos, o que irá representar um desempenho de 1800 ha representando 53%. Contudo há que salientar que estão sendo envidados esforços no sentido de acelerar os processos de execução, principalmente em regadios cujas intervenções são de pouca monta.

Promoção da exploração sustentável dos Recursos Naturais

Existe necessidade de reformular o indicador de modo a estar em conformidade com o artigo 35 da Lei de Terras que foi recentemente aprovado pelo Governo.

Foram delimitadas 31 áreas comunitárias, das quais 4 foram lançadas no atlas cadastral (correspondente a 66570.91 ha) e as restantes 27 áreas estão a seguir os trâmites legais. De referir que a meta de áreas comunitárias para o ano 2008 era de 242. Esta meta não é realística uma vez que desde o início do processo em 1998, até 2007 foram delimitados 246 comunidades em todo o País. Sugere-se que, para os anos 2009 e 2010 as metas sejam fixadas em 50 áreas comunitárias por ano.

Execução orçamental

O grau de execução orçamental relativo ao primeiro semestre foi na ordem dos 17% do total, sendo 39% para o orçamento de funcionamento, 12% para o investimento interno e 13% para o investimento externo. Comparativamente aos desembolsos ocorridos no mesmo período, a execução atingiu 92%, 89% e 41% pela mesma ordem do orçamento apresentada anteriormente.

O baixo nível de execução do investimento externo deveu-se essencialmente à baixa aquisição de bens de capital; e a necessidade de reajustamento dos planos inicialmente traçados, assim como ao enquadramento da nova dinâmica de produção de alimentos com vista ao combate a fome e a resposta à estratégia da Revolução Verde.

Quanto as províncias, ainda se apontam atrasos consideráveis para a obtenção do visto do tribunal administrativo, aliado a fraca capacidade do pessoal na preparação dos respectivos processos. Ao nível do investimento interno, a baixa execução é devida a não contemplação das receitas consignadas, quer no e-Sistafe, quer no Arco Iris, face a irregularidades surgidas na classificação das respectivas receitas em relação a fonte de recursos, situação esta que está sendo corrigida.

5. Sector de Estradas

Previra-se que o Sector absorvesse em 2008, o valor de 9.195.333.330 MT, tendo sido gastos 2.213.007.102 MT, que correspondem ao cumprimento do plano anual em 24%.

Os principais factores que influenciaram o desempenho do sector neste semestre foram os seguintes:

- I. Impacto negativo da intensidade e prolongamento da época chuvosa, particularmente na zona centro, despendendo-se muito tempo e recursos financeiros em emergências após as chuvas. O trabalho executado corresponde a cerca de dois meses de trabalho efectivo;
- II. Problemas de interpretação de regras de “procurement” de alguns Parceiros de Desenvolvimento, de que resultaram dificuldades de cumprimento dos seus procedimentos, o que teve como consequência, o lançamento tardio de alguns concursos para a execução das obras de reabilitação e melhoramento de estradas; e
- III. O mau e inesperado desempenho de alguns empreiteiros, a que foram adjudicados importantes projectos.

A meta referente à transitabilidade da rede classificada (70% da rede classificada de estradas esteja em condições que variam de boas a razoáveis), não está ainda comprometida (Vide Quadro do Indicador para o Sector). São igualmente indicadas as projecções deste indicador para os anos seguintes.

O principal desafio para o sector ao longo do segundo semestre, 2009 e anos seguintes é fazer face à actual escalada de preços. Alguns dos concursos já abertos na NI, nas pontes e estradas regionais, mostraram que os custos duplicaram na maioria dos projectos, o que poderá afectar a implementação desses projectos, por falta de orçamento para as actividades previstas. Esta situação terá implicações graves no orçamento do Governo, dado que parece não ser possível obter fundos adicionais ao nível dos Parceiros de Desenvolvimento. Uma outra alternativa menos interessante será fazer cortes nos programas, com todos os impactos negativos daí provenientes. De qualquer modo é indispensável actualizar o PRISE para os próximos anos.

Concluiu-se também ser necessário melhorar o sistema de informação, para dispor de forma atempada dados precisos de execução dos planos e de outra informação relativa ao sector.

6. Sector da Energia

Execução Orçamental (RTEO)

A avaliação da execução orçamental do I Semestre de 2008 para o sector de energia teve um desempenho orçamental geral médio de cerca de 53.5%.

Tabela A: Quadro Resumo da Execução orçamental para I Semestre 2008

	Disponível Ano 2008	Total Gastos I Semestre/08	Grau de Execução%
Orçamento de Funcionamento	36.146.428,50Mt	23.727.103,16 Mt	65.6%
O. Investimento/ componente Interna	351.482.391,00 Mt	130.610.019,35 Mt	37.2%
O. Investimento/ componente Externa:			
• Apoio da Noruega	2.198.575,00US D	540.617,64US D	24.6%
• ERAP	9.449.075 USD	8.216.077USD	86.9%

Desempenho do Sector

Durante o I Semestre de 2008, foram efectuadas de 54.192 novas ligações contra 43.171 efectuadas no I Semestre de 2007 o que corresponde um crescimento de 25,5%. Em relação a meta do QAD alcançou-se 77.4% da meta estabelecida para o ano, o que pressupõe que a meta para 2008 será cumprida.

Reformas centrais

O processo de implementação de execução orçamental via e-SISTAFE está operacional. E foi concluído o processo de descentralização e desconcentração administrativa na atribuição de licenças de estabelecimento e de exploração de instalações eléctricas para as direcções provinciais e órgão locais.

Foi aprovado o novo modelo de licenças para o exercício das actividades de produção de armazenagem de terminal de cargas de oleoduto, de distribuição retalho para posto de abastecimento e posto de revenda. Foram aprovadas normas de execução de medidas de apoio a expansão geográfica do acesso aos combustíveis líquidos. Com vista a redução do uso de lenha e carvão, aumento de eficiência térmica, rapidez na confecção dos alimentos e mitigação do ambiente, foram instalados fogões melhorados em instituições, unidades comerciais e residências; em Nampula (12), Tete (20), Sofala (182), Manica (113), Inhambane (3).

Pilar V Assuntos Transversais

1. Avaliação do desempenho a luz do PES 2008 / Indicadores do QAD

O nível de desempenho nas áreas transversais, avaliado em função dos indicadores do QAD de 2008 (vide tabela anexa), bem como da monitorização das realizações a nível do PES, foi satisfatório nuns casos, havendo que imprimir maior dinâmica noutros para lograr alcançar os objectivos e metas traçadas até ao final do ano.

HIV/SIDA

A prevenção de novas infecções com HIV continuou a estar no centro da luta contra o SIDA. Os índices crescentes da infecção na Região Sul do país motivaram o desenho de uma plataforma de intensificação da prevenção que vem sendo implementada nesta zona. Essa plataforma está a privilegiar intervenções voltadas a influenciar a mudança de comportamento sexual entre os grupos de risco. A distribuição de preservativos, e as acções de Aconselhamento e Testagem em Saúde nas comunidades, ministérios e empresas públicas foram expandidas.

Enquanto isso, foi submetida ao Governo uma nova Estratégia para acelerar a prevenção do HIV e SIDA no país. No mesmo período, a Estratégia de Comunicação continuou a ser disseminada nas províncias, através da capacitação e distribuição de guídes de alargamento do seu alcance para apoiar a acção de advocacia dos líderes locais e dos Administradores junto da população.

Por último, o novo sistema de gestão de subprojectos ainda não foi estabelecido. Está em curso a identificação de modelos alternativos de gestão financeira para expandir a carteira de financiamentos de projectos e aumento de capacidade de absorção dos implementadores.

Execução do orçamento do estado de 2008

O orçamento aprovado para 2008 foi de 637,725.56 milhares de Meticais (57.904,80 milhares de meticais - componente interna e 579.820,76 milhares de meticais - componente externa). Durante o primeiro semestre de 2008 a execução orçamental global do Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA situou-se em 35,56%, como esclarece o quadro abaixo.

Execução Global do Orçamento do 2008- I Semestre

CED	Descrição	Execução Global			Fonte Interna			Fonte Externa		
		Orçamento	Despesas	%	Orçamento	Despesas	%	Orçamento	Despesas	%
1.1.0	Despesas com o Pessoal	47,818.57	22,517.93	47.09%	35,162.06	18,376.43	52.26%	12,656.51	4,141.50	32.72%
1.2.0	Bens e Serviços	568,073.34	203,137.97	35.76%	21,142.74	8,255.22	39.05%	546,930.60	194,882.75	35.63%
2.1.0	Despesas de Capital	21,833.65	1,105.88	5.07%	1,600.00	-	0.00%	20,233.65	1,105.88	5.47%
Total		637,725.56	226,761.78	35.56%	57,904.80	26,631.65	45.99%	579,820.76	200,130.13	34.52%

Este percentual representa um crescimento de 28,43% comparativamente a igual período do ano anterior (226.761,70 milhares de Meticais contra 176.565,00 milhares de Meticais em 2007).

Indicador do QAD: HIV e SIDA

Indicador	2007 Real	2008 1º Semestre	2008 Meta	2009 Meta	2010 Meta
% (e número) de mulheres grávidas HIV positivas que recebem tratamento da profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para filho	24,320 (24.4%)	24,378	30,400 (29.8%)	50,185 (48.2%)	52,694 (49.7%)

A meta para o fim de 2008 é de 30,400. Comparativamente a igual período do ano anterior o cumprimento deste indicador triplicou. Assim, se a taxa de expansão do PTV aumentar neste semestre a meta projectada até fim do ano será alcançada.

Indicador do QAD e metas para 2009 e 2010

Na recente revisão do QAD do Sector de Saúde foi recomendada a revisão deste indicador de modo a contemplar também as mulheres que são introduzidas ao tratamento antiretroviral durante a gravidez, portanto não somente as mulheres que recebem profilaxia. Esta revisão tem em vista colocar este indicador em linha com o indicador do UNGASS sobre o PTV. A actualização deste indicador foi recomendada durante a Revisão Conjunta deste ano também. Assim, o indicador passa a ler-se: “% (e número) de mulheres grávidas HIV positivas que recebem medicamentos antiretrovirais nos últimos 12 meses com vista a reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para filho”. As metas para 2009 e 2010 foram revistas também.¹

2. Género

A igualdade de género constitui uma componente importante do desenvolvimento e reforço do capital humano da nação. Uma análise sobre o desempenho dos sectores ao longo do primeiro semestre mostra que no geral, há uma melhoria na abordagem das preocupações sobre a inclusão de mulheres nos programas de alfabetização, melhoria na provisão de cuidados obstétrico e no aumento da cobertura geográfica dos Gabinetes de Atendimento para Vítimas de Violência.

Ponto da situação das metas

Os desenvolvimentos positivos ao longo do primeiro semestre incluem a criação de unidades de género de diferentes ministérios; o reforço da capacidade técnica para integração da igualdade de género nos programas e planos de desenvolvimento sectoriais com a realização de capacitações em *Gender mainstreaming*; a implementação de 33 microprojectos de geração de rendimento beneficiando 429 mulheres chefes de agregado familiar e 21 em situação de vulnerabilidade; a iniciativa presidencial para a saúde materna, neonatal e infantil, a aprovação do Roteiro para a Redução da Mortalidade Materna e Neonatal (2008-2010).

No tocante ao HIV/SIDA foram disponibilizados e distribuídos cerca de 18.892.300 preservativos masculinos e 5. 029 preservativos femininos, o que corresponde a cumprimento em 63% a meta do preservativo masculino (30 milhões) e ultrapassada a do feminino (1000) programada para 2008. Foi ainda realizado o encontro sobre trabalhadoras de sexo; implementados programas de educação em HIV/SIDA com vista a chamar a atenção para o aumento da vulnerabilidade das mulheres às infecções por razões económicas e culturais.

A meta do QAD/PAF 2008 “PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género em relação aos sete sectores prioritários, nomeadamente: MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH” não foi atingida mas registou progresso (vide detalhes no relatório do subgrupo).

3. Meio Ambiente

Com vista a assegurar a gestão transversal do ambiente, prioridade foi dada ao reforço das unidades ambientais nos sectores. Funcionam unidades ambientais na agricultura, minas, obras públicas (estradas), energia, enquanto nos sectores de educação, industria e comercio, pescas transportes e comunicações, planificação e desenvolvimento e no turismo, a actividade é assegurada por pontos focais.

Com vista à integração da componente espacial nos Planos Estratégicos para o Desenvolvimento Distrital (PEDDs), foram produzidos, para 27 distritos, os seguintes documentos: mapas temáticos, mapas de análise, aguardando-se pelos procedimentos de aprovação oficial. No concernente à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), foram elaborados e aprovados, pelo CONDES, os Termos de Referência para a AAE de toda a costa moçambicana. Presentemente, esforços estão sendo envidados com vista a assegurar recursos para avaliação.

A execução orçamental do Sector do Ambiente ao longo do primeiro semestre situou-se em média de 42 % (47 % da componente interna e 36 % da componente externa)

Indicadores e metas finais para o QUAD 2009 e metas indicativas para 2010

Pilar / Área	Objectivo	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador [Fonte de Verificação]	Meta 2008	Meta 2009	Meta indicativa 2010	Tipo de Indicador (R/P)	Comentários	Nº Ind
Ambiente	Melhorar o planeamento e ordenamento territorial (par. 205)	Elaboração e aprovação de planos distritais de uso de terra	MICOA/MPD	Nº cumulativo de planos estrategicos distritais de desenvolvimento (PEDD) com a componente espacial integrada (uso de terra) elaborados e aprovados [Balanço do PES Sectorial]	20	40	*)	P		40

*) A nível do Ministério já foi iniciada a reflexão sobre novos indicadores. A partir de 2010 propõem-se indicadores que possam reflectir melhor as decisões estratégicas a nível do ambiente (detalhes no relatório do subgrupo em anexo).

Ponto de situação das metas aprovadas para 2008 até ao momento da RS, para as metas que correm o risco de não ser atingidas

Apesar dos avanços verificados no processo de integração da componente espacial nos planos distritais, há indicação de a meta de 20 planos aprovados em 2008 não será atingida (os 27 PEDDs aguardando aprovação). Espera-se que a meta de 40 planos seja atingida em 2009.

4. Desminagem

No primeiro semestre de 2008, o IND desenvolveu instrumentos orientadores com vista a consolidar a coordenação do Programa de Acção Contra Minas. Estes instrumentos tiveram como base os resultados obtidos na recente pesquisa realizada nas províncias do Centro e Sul do País, a saber: elaboração e aprovação do Plano Nacional de Acção Contra Minas 2008-2012; Submissão do Pedido de Extensão da Convenção de Ottawa 2009 para 2014 e a elaboração da estratégia de mobilização de recursos para o sector de desminagem que está na fase da sua aprovação.

Ainda no decurso do período em análise, foram desminados pouco cerca de 1.060,229 m², dos 1,571,252m² planificados, pesquisados 790m² de área suspeita, removidos e destruídos 277 minas e 907 engenhos não explodidos. Igualmente, foram formados 59 agentes e realizadas 63 palestras de sensibilização sobre o perigo de minas que abrangeram mais de 28,183 pessoas, nas províncias de Tete, Zambézia, Nampula, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza.

A execução orçamental em termos de funcionamento e investimento foi de 37%.

5. Ciência e Tecnologia

A investigação científica, transferência de tecnologias e inovação, bem como na divulgação e promoção da ciência mobilizaram a maior atenção neste período. No pilar da investigação científica foi iniciado o desembolso de fundos para o financiamento de 28 projectos dos 20 planificados. No Pilar sobre a Transferência de Tecnologia foram realizadas 19 Palestras sobre Técnicas de Agroprocessamento e Fertilização dos Solos nas comunidades. No âmbito da Divulgação e Promoção de Ciência há a destacar a criação da Academia Nacional de Ciência e Tecnologia, a realização de duas fases de olimpíadas de Física, Química, Matemática e Biologia em 17 Escolas Secundárias da Região Norte, a realização de um concurso de montagem de experiência de física na base de material local nas escolas e realização de olimpíadas de Matemática nas províncias da região centro e sul. Foi também realizada a Semana da C&T em Mocuba e Alto de Molócué na qual foram apresentados os 5 Grandes Programas C&T, tendo sido formados 250 membros dos Núcleos Distritais de C&T e desenhado 2 Planos de Acção dos Distritais. No âmbito da capacitação Institucional e funcionamento dos CRCTs das regiões Norte, Centro e Sul foram realizados três cursos sobre elaboração de Cenário Fiscal de Médio Prazo CFMP 2009-2011 e Execução Orçamental em C&T, três Seminários Regionais sobre Capacitação de Autoridade Locais em Planificação de Actividades e Concepção de Projectos na Área de C&T com 90 Representantes dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia.

Execução Orçamental até Julho

Orçamento do sector da Ciência e Tecnologia apresenta-se desagregado em órgãos central, subordinados e tutelados. A execução orçamental foi de MT 34.995.209,10 correspondendo a 74% (detalhes constam do relatório do Sector em anexo).

6. Segurança alimentar e nutricional

Nos últimos anos a segurança alimentar e nutricional, mereceu maior atenção por parte do Governo e seus parceiros. Neste sentido, o SETSAN têm vindo a assumir uma nova dinâmica na execução do seu plano de trabalho do qual se destacam as seguintes realizações:

(i) Avaliação da implementação dos Produtos de Informação de SAN (PISAN), nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia; (ii) Capacitação de técnicos do Governo a nível província e distrital sobre a elaboração, implementação, avaliação do PASAN. Assim como, 130 extensionistas do MINAG, 80 pontos focais e parceiros do SETSAN em instrumentos de intervenção em SAN; (iii) Análise do processo de descentralização da agenda de SAN em Gaza, tendo produzido assumidos par réplica nacional; (iv) Mapeamento das intervenções de diferentes actores que operam na área de SAN a todos os níveis; (v) Monitoramento e Avaliação da situação de SAN, de modo a influenciar a tomada de decisão atempada; (vi) Avaliação do estado de nutrição das mulheres em idade fértil e crianças dos 0 aos 5 anos; (vii) Iniciada a elaboração do ante-projecto de lei do Direito Humano A alimentação Adequada (DHAA); e (viii) Organização d o "II Simpósio sobre a SAN e DHAA". Esta actividade foi realizada com sucesso e com apoio de diversos parceiros, tendo como produto uma declaração;

7. Desenvolvimento Rural

Foi revisto o indicador 39 – ‘Número cumulativo de clientes de microfinanças rurais’, de acordo com a recomendação do Aide Memoire. O objectivo do indicador é mostrar o desempenho do sector de microfinanças rurais e o seu contributo para o desenvolvimento económico. Relativamente à meta de 2007 e metas indicativas para 2008 e 2009, o sector concebeu o seguinte:

- Meta indicativa para 2009: 175.000 clientes;
- Meta indicativa para 2010: 190.000 clientes;

Actualmente contam-se cerca de 164.000 clientes (Mais detalhes no relatório do subsector)

8. Redução da vulnerabilidade as Calamidades Naturais

As actividades implementadas seguindo o Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades e o Plano de Contingência resumem-se nas seguintes:

Prevenção e mitigação de calamidades: (i) formação de 65 comités locais de gestão do risco em 41 distritos, bem como alocação dos respectivos kits de prontidão; (ii) Início da construção da delegação regional norte em Nacala; (iii) compilação de dados hidropluviométricos e levantamento dos postos a incluir no Anuário hidrológico-pluviométrico; (iv) melhoria da operacionalização dos centros regionais de meteorologia; (v) instalação de novo equipamento sísmico em Nampula e aquisição de equipamento sismográfico para Tete; (vi) visitas às zonas de risco para avaliação da situação no período anterior a emergência; e (vii) elaboração de um *concept paper* para a formação do fundo nacional de calamidades.

Desenvolvimento das zonas áridas e semi-áridas: (i) Implantação de parcelas de cacto para demonstração de seu uso na alimentação humana e animal; (ii) instalação de uma fábrica de processamento de frutos silvestres, carne de modo a promover a comercialização e gestão de renda alternativa a agricultura em Mabote; (iii) divulgação de técnicas adequadas de produção agrícolas em sequeiro; (iv) formação de 240 famílias sobre o processamento artesanal de frutas silvestres, hortícolas, verduras, carnes, leite em Mabote e Funhalouro; (v) instalação de um sistema de abastecimento de água a Vila de Ndindiza; (vi) reconstrução fontes de abastecimento de água em Mabote, Massangena, Chigubo e Funhalouro; e (vii) construção dos Centros de Recursos e Usos Múltiplos (CERUMs) em Chigubo e Massangena.

Coordenação de Reconstrução e Reassentamento: (i) Demarcação de 30728 talhões para o reassentamento das populações afectadas nas 6 províncias; (ii) conclusão da construção de 138 casas no Vale do Zambeze para as vítimas das cheias, estando 401 em fase de cobertura, 189 na fase de empenas, 372 na fase de alvenaria, 388 na fase de fundações e 416 por iniciar.

Execução orçamental

O orçamento global do INGC aprovado para o ano 2008 foi de 220.858.87 milhares de meticais dos quais foram executados até ao primeiro semestre 183.945,19 milhares de meticais, representando uma execução de 83.29%.

O Plano de Contingência teve uma execução acima dos 100% devido as acções da resposta as cheias no Vale do Zambeze e na bacia do Save, Ciclone Jokwe e as manifestações de Xenofobia na Africa do Sul

De acordo com as conclusões incluídas no Aide Mémoire da Revisão Conjunta de 2008 foi elaborado um “Concept Note” para a criação de o “fundo nacional de calamidades”. Prevê-se que até finais de 2008 seja elaborado e aprovado o documento normativo desse fundo. Foi igualmente iniciado o exercício

recomendado no parágrafo 175 do Aide Memoire relativo ao desenvolvimento de indicadores para gestão de calamidades naturais pelos sectores (Para mais detalhes por favor consultar o relatório do Subgrupo em anexo)

Ponto de situação das metas aprovadas para 2008 e que correm o risco de não ser atingidas até ao momento da RS

A formação dos 130 membros da UNAPROC é uma meta que carece da aprovação da UNAPROC.

Os anexos que acompanham o documento:

1. Relatórios dos subgrupos: (i) subgrupo de HIV/SIDA; (ii) Género; (iii) Ambiente; (iv) Desminagem; (v) Ciência e Tecnologia; (vi) Segurança Alimentar; (vii) Desenvolvimento Rural; e (viii) Calamidades naturais;
2. Fichas técnicas sobre detalhes esclarecedores da racionalidade da revisão recomendada dos indicadores